ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 6 DE AGOSTO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR HÉLIO FERREIRA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciado o vereador, JOSÉ TRINDADE. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 155/19 da Câmara Municipal de Paulo Afonso encaminhando cópia de Moção de aplauso; Mensagem n. 12/19 do Executivo Municipal encaminhando o Projeto de Lei n. 234/19; Projeto de Lei n. 233/19 da vereadora Marcelle Moraes; Projetos de Indicação n.s 384 a 431/19 da vereadora Marcelle Moraes; Moções n.s 84/19 do vereador Fábio Souza e 85 e 86/19 da vereadora

Aladilce Souza; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, a vereadora Marta Rodrigues comentou sobre o encontro que se iniciaria em instantes com o Ministério Público (MP) e secretários municipais, para se debater sobre o Projeto de isenção do ISS relativa ao serviço de transporte. Criticou a postura do prefeito com relação ao Projeto, a qual reputou autoritária. Explicou que a Oposição apresentaria, como contrapartida aos interesses do empresariado, a proposta de passe-livre para: estudantes que comprovem vulnerabilidade socioeconômica; pessoas com idade acima de 60 anos, em vez de acima de 65 anos, como era a regra atual; e pacientes em tratamento de saúde com doenças graves e seus acompanhantes. Afirmou que as informações da Prefeitura eram baseadas apenas em números e que a renúncia de receita somente poderia ser realizada com o consentimento da CMS. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Geraldo Júnior e Hélio Ferreira (ambos, 5 de agosto). A vereadora Lorena Brandão contou ter pensado em convidar uma representante do MP e elogiou o senhor presidente pelo encontro que haveria na Casa sobre a isenção do ISS. Considerou que o tema não era pacífico e discorreu sobre aspectos técnico-jurídicos relacionados, estimando que haveria um bom debate. Saudou a Prefeitura por sancionar o Projeto de Lei Antibaixaria, de sua autoria, o qual impedia a execução de músicas agressivas em escolas. Saudou também as demais vereadoras mulheres da Casa por isso. Foram promulgadas as Resoluções n.s 2.813 a 2.816/19. Pela ordem, o vereador Odiosvaldo Vigas pediu que o senhor presidente convidasse o deputado federal João Roma, relator da Reforma Tributária, para debater na CMS sobre o impacto dessa Reforma nos municípios, especialmente em Salvador. O senhor presidente concordou com o pedido e convidou todos para o encontro com os membros do MP e os secretários sobre o Projeto de isenção do ISS para os transportes, que se iniciaria às 16h. O vereador Luiz Carlos Suíca inicialmente explicou que não poderia estar presente ao encontro sobre o ISS por força de um compromisso pré-agendado. Quanto à isenção do ISS, disse que alguns se pronunciavam a respeito

tentando agradar a quem ouvia. Rebateu notícias que faziam parecer que a Oposição se opunha ao Projeto de modo sistemático e lembrou projetos de interesse da Prefeitura que tiveram votação favorável da Oposição por atenderem ao interesse popular. Disse que a promotora do MP Rita Tourinho atribuía aos edis a responsabilidade sobre o preço das tarifas, o que refutou, pontuando que a responsabilidade dos edis era quanto a renúncia fiscal. O vereador Alexandre Aleluia discorreu sobre o seu Projeto para a criação da Medalha Visconde de Cairu na CMS. Enalteceu a personalidade pública do Visconde de Cairu e comentou sobre melhorias a serem feitas na Praça que leva seu nome, no Comércio. Defendeu a liberdade de atuação das plataformas digitais na Cidade, expondo sobre o seu Projeto para o uso desses recursos na simplificação dos aluguéis de imóveis. Citou o Visconde de Cairu quanto à importância das inovações e defendeu a liberdade no exercício do direito de propriedade, pedindo a aprovação do seu Projeto a esse respeito. O senhor presidente declarou-se a favor dessa aprovação. O vereador Moisés Rocha pediu que o senhor presidente intercedesse junto à impressa sobre ataques ao vereador Vado Malassombrado. Contestou o que era atribuído a esse vereador a respeito de instalação sua em uma praia, lembrando instalações semelhantes que não eram alvo da mesma reação. Disse esperar a participação do vereador Edvaldo Brito no debate sobre o ISS. Criticou o Presidente da República por ofensas aos nordestinos e outras posturas agressivas. Indagou se o combate à corrupção era apenas para afastar o PT, já que muitos ignoravam más práticas vistas no Governo atual. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza contou ter estado em Brasília participando da Conferência Nacional de Saúde, na qual se defendeu a Saúde pública e se rejeitou a Reforma da Previdência e a precarização da Saúde pelo Governo Federal. O vereador Hélio Ferreira comentou sobre Emenda que levaria ao Projeto do ISS, referente à gratuidade no transporte para estudantes e pessoas acima dos 60 anos. Lembrou antiga crítica sua à licitação para os transportes. O senhor presidente pediu licença ao orador para registrar a presença do ex-vereador

Everaldo Augusto, a quem elogiou. Prosseguindo com seu discurso, o vereador Hélio Ferreira disse que os empresários de ônibus sempre queriam mais e que deveria ser tratado o problema social da exclusão nos transportes, o qual detalhou. Mencionou a retirada de linhas de ônibus pela Prefeitura, que prejudicou muitas comunidades, e as mães e os pais que não tinham dinheiro para transportarem seus filhos à escola. Definiu o modelo de transportes da Cidade como de exclusão e afirmou que o que se buscava com a isenção do ISS era um paliativo. Em comunicação inadiável, o vereador Marcos Mendes comentou sobre pleitos de servidores da CMS que viam sendo atendidos pelo senhor presidente, a quem solicitou atenção sobre demanda relativa à data-base desses servidores. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Kiki Bispo lembrou que, em 2013, a CMS aprovou isenção tributária relativa ao Metrô. Indagou qual foi a contrapartida prestada pela concessionária beneficiária dessas isenções, a CCR Metrô. Propôs medidas para um transporte de qualidade e com tarifas módicas, e pediu paridade no tratamento dado aos transportes municipal e estadual. Disse que a Planilha sobre o valor da tarifa de ônibus evidenciava uma alta cobrança de ICMS, tributo estadual, a compor esse valor, enquanto o Governo Estadual recuava na cobrança desse mesmo tributo sobre o combustível de aviões. Em comunicação inadiável, o vereador Hélio Ferreira informou o falecimento de Luiz Alberto Cordeiro, membro do Sindicato dos Rodoviários, cuja figura enalteceu. O senhor presidente se associou. O vereador Moisés Rocha lembrou inconstitucionalidade apontada pelo vereador Edvaldo Brito no Projeto de isenção do ISS. Disse que a tarifa do Metrô era subsidiada e rejeitou a responsabilidade que atribuíam aos vereadores sobre a tarifa de transporte. Afirmou que, para se beneficiarem empresários supostamente prejudicados com a chegada do Metrô, foi criada a outorga onerosa. Lembrou a criação de fundo que também beneficiaria empresários. Defendeu que se pensasse na Cidade ao se debater sobre o ISS e os transportes e afirmou a responsabilidade do Executivo sobre os problemas vistos nessa questão. Em comunicação inadiável, o vereador Sílvio Humberto comentou

sobre o falecimento de Ivan Carvalho, expressando pesar e destacando sua expressão política sobre a questão racial. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza destacou a importância do debate sobre o Projeto do ISS. Criticou o prefeito por condicionar a entrega de ônibus com ar-condicionado à votação favorável ao Projeto na CMS. Defendeu que se corrigisse o que havia de errado na licitação para os transportes, lembrando que a Oposição não foi escutada antes da realização desse certame, e rejeitou que a opinião pública fosse manipulada sobre o assunto. Em seguida, observando acordo de líderes relativo ao encontro com o MP e secretários municipais, a se iniciar neste horário, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO